



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 340,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

SUMÁRIO

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 159/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Educação Patriótica do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 160/19:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete de Inspeção do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 161/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Saúde do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 162/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Inteligência Penitenciária do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 163/19:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete do Director Geral do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 164/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Administração e Serviço do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 165/19:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete de Telecomunicações e Tecnologias de Informação do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 166/19:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete de Infra-Estruturas e Equipamentos do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 167/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Logística do Serviço Penitenciário.

Decreto Executivo n.º 168/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Recursos Humanos do Serviço Penitenciário.

a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Educação Patriótica do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

ARTIGO 1.º**(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Educação Patriótica do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 159/19
de 8 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo

Decreto Executivo n.º 160/19
de 8 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento do Gabinete de Inspeção do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico do Gabinete de Inspeção do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

REGULAMENTO ORGÂNICO
DO GABINETE DE INSPECÇÃO
DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento do Gabinete de Inspeção do Serviço Penitenciário.

ARTIGO 2.º
(Definição)

O Gabinete de Inspeção, abreviadamente designado por (GI), é o órgão de apoio técnico, ao qual incumbe assegurar as funções de inspeção e inquérito a todas as unidades legalmente tuteladas pelo Serviço Penitenciário, propondo superiormente as medidas que julgar convenientes.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

O GI tem as seguintes atribuições:

- a) Realizar inspecções e inquéritos, e remeter os resultados ao Director Geral;
- b) Fiscalizar o cumprimento do trabalho específico e normativo, de acordo com os planos previamente estabelecidos;
- c) Contribuir para o aperfeiçoamento e o aumento progressivo da eficiência da actividade operativa e administrativa;
- d) Contribuir para a actualização de medidas que visam detectar e prevenir as insuficiências ou irregularidades nas actividades quotidianas do Serviço Penitenciário, mantendo o chefe do órgão regularmente informado sobre eventuais anomalias;
- e) Velar pela observância das leis e pelo cumprimento das ordens, despachos, regulamentos e outras normas da organização e funcionamento dos órgãos que integram o Serviço Penitenciário;
- f) Garantir a eficácia e a eficiência no cumprimento das normas de gestão dos estabelecimentos penitenciários;
- g) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- h) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 4.º
(Estrutura orgânica)

O GI tem a seguinte estrutura:

1. Órgão de Direcção:
Director.
2. Órgão Consultivo:
Conselho Consultivo.
3. Serviço de Apoio Técnico:
Secção de Queixas e Reclamações;
Secção de Registos.
4. Serviço de Apoio Instrumental:
Secretariado.
5. Serviços Executivos Directos:
Departamento de Inspeção e Fiscalização;
Departamento de Instrução Processual.
6. Serviço Local:
Departamento de Inspeção da Direcção Provincial.

CAPÍTULO III Organização em Especial

SECÇÃO I Órgão de Direcção

ARTIGO 5.º (Director)

O GI é dirigido por um Director a quem compete:

- a) Organizar, dirigir e controlar toda a actividade do Gabinete;
- b) Controlar a correcta aplicação das leis, normas e procedimentos estabelecidos para o Órgão;
- c) Representar o GI;
- d) Garantir a utilização racional dos recursos humanos e materiais postos a sua disposição;
- e) Propor ao Director Geral a nomeação, a exoneração, a promoção e a despromoção, bem como a mobilidade do efectivo afecto ao GI;
- f) Determinar a realização de inquéritos, averiguações, e outras tarefas necessárias ou convenientes ao exercício da actividade;
- g) Submeter a apreciação do Director Geral, os processos de Inspeção e Fiscalização, acompanhado dos respectivos pareceres;
- h) Apreciar as questões relativas a suspeições, impedimentos e incompatibilidades suscitadas no âmbito dos processos instruídos;
- i) Avocar processos e proceder à sua redistribuição, mediante despachos fundamentados;
- j) Zelar pelo respeito, disciplina e exercer o poder disciplinar que lhe está conferido nos termos legais, em relação ao pessoal sob seu controlo;
- k) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- l) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO II Órgão de Apoio Consultivo

ARTIGO 6.º (Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o Órgão ao qual incumbe analisar e formular pareceres sobre questões relacionadas com as atribuições e competências do GI, apresentar propostas para o melhoramento e desenvolvimento dos serviços, nomeadamente, no que respeita a sua organização, gestão, orientação, coordenação e controlo, bem como pronunciar-se sobre quaisquer outras questões que o Director submeta a sua consideração.

2. O Conselho Consultivo subdivide-se em Normal e Alargado.

3. O Conselho Consultivo é objecto de regulamentação própria.

SECÇÃO III Serviços de Apoio Técnico

ARTIGO 7.º (Secção de Queixas e Reclamações)

1. A Secção de Queixas e Reclamações tem as seguintes atribuições:

- a) Dar tratamento às denúncias, queixas e reclamações dos cidadãos sobre irregularidades cometidas por entidades ou por deficiente funcionamento dos órgãos do Serviço Penitenciário;
- b) Avaliar as queixas e reclamações e emitir sugestões com vista à superação das insuficiências;
- c) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- d) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção de Queixas e Reclamações é chefiada por um chefe.

3. A Secção de Queixas e Reclamações é objecto de regulamentação própria.

ARTIGO 8.º (Secção de Registos)

1. A Secção de Registos tem as seguintes competências:

- a) Classificar e organizar os processos instruídos pelos Inspectores;
- b) Catalogar e controlar o cumprimento das decisões proferidas em processos inspectivos;
- c) Elaborar os relatórios periódicos das acções inspectivas e processuais e submetê-los a despacho superior;
- d) Receber, distribuir, revisar e arquivar toda documentação afecta ao Gabinete;
- e) Cumprir com as afectações emanadas das reuniões;
- f) Elaborar relatórios mensais, trimestrais e anuais do referido Gabinete;
- g) Controlar o cumprimento dos prazos estabelecidos nos Processos de Inquérito e Averiguações;
- h) Arquivar e revisar documentos;
- i) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- j) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção de Registos é chefiada por um chefe.

3. A Secção de Registos é objecto de regulamentação própria.

SECÇÃO IV Serviço de Apoio Instrumental

ARTIGO 9.º (Secretariado)

1. O Secretariado é o Órgão que tem por finalidade prestar apoio pessoal, técnico e administrativo ao Director do GI.

2. O Secretariado é dirigido por um Chefe de Secção.

3. O Secretariado é objecto de regulamentação própria.

SECÇÃO V
Serviços Executivos Directos

ARTIGO 10.º
(Departamento de Inspeção e Fiscalização)

1. O Departamento de Inspeção e Fiscalização tem as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares das instruções superiores, dos programas e planos aprovados por parte dos Órgãos do Serviço Penitenciário;
- b) Fiscalizar as actividades funcionais dos órgãos estruturantes do SP, com ou sem aviso prévio;
- c) Elaborar e propor o programa de visitas inspectivas ordinárias e extraordinárias;
- d) Fazer estudos e apresentar projectos que visam o melhoramento da acção inspectiva;
- e) Controlar o cumprimento das decisões proferidas superiormente;
- f) Interpelar na perspectiva de prevenir e reprimir os desvios das normas de conduta estabelecidas;
- g) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- h) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Inspeção e Fiscalização é chefiado por um chefe e tem a seguinte estrutura:

- a) Secção de Inspeção e Fiscalização;
- b) Secção de Observatório Penitenciário.

3. O Departamento de Inspeção e Fiscalização é objecto de regulamentação própria.

ARTIGO 11.º
(Departamento de Instrução Processual)

1. O Departamento de Instrução Processual tem as seguintes atribuições:

- a) Realizar as tarefas de inspeção;
- b) Efectuar o controlo geral do cumprimento das decisões superiormente emanadas;

- c) Proceder a instrução de processo de averiguação e inquérito superiormente determinado;
- d) Elaborar os relatórios finais sobre os distintos processos instruídos e submete-los devidamente organizados a despacho superior;
- e) Elaborar os relatórios finais sobre os distintos processos instruídos;
- f) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- g) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Instrução Processual é chefiado por um chefe e tem a seguinte estrutura:

- a) Secção de Inquérito e Averiguação;
- b) Secção de Análise e Pareceres Técnicos.

3. O Departamento de Instrução Processual é objecto de regulamentação própria.

SECÇÃO VI
Serviço Local

ARTIGO 12.º
(Departamento de Inspeção)

Na Direcção Provincial do Serviço Penitenciário, funciona o Departamento de Inspeção, ao qual compete aplicar, coordenar, acompanhar e controlar a execução das orientações estruturais, técnicas e metodológicas emanadas pelo GI.

CAPÍTULO IV
Regime de Pessoal

ARTIGO 13.º
(Disciplina)

1. O efectivo do regime especial de carreira em comissão de serviço no GI está sujeita à legislação aplicável.

2. O efectivo do regime geral de carreira está sujeito à disciplina e a legislação em vigor função pública.

ARTIGO 14.º
(Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal e organigrama do GI são os constantes dos Anexos I e II ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

2. O provimento do pessoal nas vagas existentes obedece aos critérios previstos em legislação específica.

ANEXO I

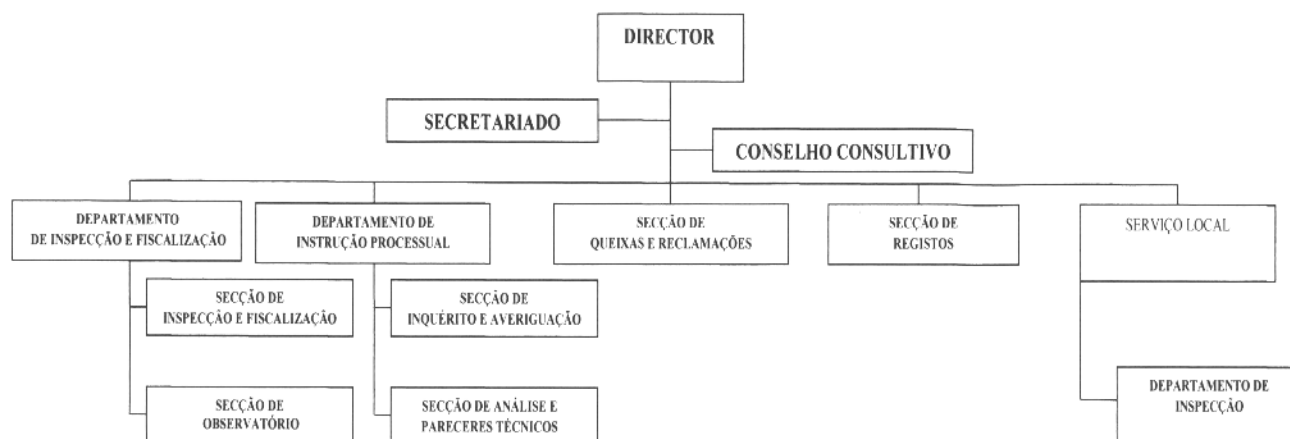
Quadro de pessoal a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º

Grupo de Pessoal	Carreira	Cargo/Posto	Lugares
Direcção		Director Nacional	1
Chefia		Chefes de Departamento	2
		Chefes de Secção	8
	Subtotal		11
Posto de Carreira			
Grupo de Pessoal		Cargos ou Postos	Lugares
Oficial Comissário		Comissário Prisional	1
Oficial Superior		Superintendente Prisional Chefe	2
		Intendente Prisional	8

Grupo de Pessoal	Carreira	Cargo/Posto	Lugares
Oficial Subalterno		Inspector Prisional Chefe	10
		Inspector Prisional	12
		Subinspector Prisional	12
Subcheefe		1.º Subcheefe Prisional	8
		2.º Subcheefe Prisional	8
		3.º Subcheefe Prisional	8
TOTAL			69

ANEXO II

Organigrama a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento que o antecede



O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Decreto Executivo n.º 161/19
de 8 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Saúde do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Saúde do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO DA DIRECÇÃO
DE SAÚDE DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento da Direcção de Saúde do Serviço Penitenciário.

ARTIGO 2.º
(Definição)

A Direcção de Saúde abreviamente designada por (DS) é o órgão executivo ao qual incumbe participar na definição das políticas relativas à assistência médico-medicamentosa ao recluso, efectivo do Serviço Penitenciário e seus familiares.